

TI melhoram produtividade de advogados

Apesar de não estar ainda disseminada entre todos os profissionais, a tecnologia tem permitido uma melhoria do trabalho nas sociedades de advogados

Claudia Sargento | claudiasargento@revistas.cofina.pt



As tecnologias de informação têm permitido um conjunto de alterações e melhorias nos diferentes sectores da sociedade portuguesa. As sociedades de advogados não são uma excepção, com a tecnologia a assegurar desde logo um elevado ganho de produtividade. Isto, apesar de ainda nem todos os profissionais olharem para as TI como uma efectiva mais-valia e de nem todos terem a ela aderido. Foram estas as principais conclusões saídas do **Fórum it4legal**, que reuniu em Lisboa representantes de algumas das principais sociedades de advogados da capital.

No debate começou por se tentar perceber até que ponto a produtividade aumentou (ou não) nas sociedades de advogados devido às tecnologias. **Pedro Rebelo de Sousa**, sócio da **SRS Advogados**, considera que «o paradigma da sociedade de advogados mudou muito devido às TI». Diz este profissional que, na sua sociedade, por exemplo, é possível a cada casuístico «estar a par da evolução do seu ano a nível profissional, saber qual a sua produtividade e em que situação estão os casos nos quais está a trabalhar» com enorme rapidez. Por seu turno, **Rogério Alves**, ex-bastonário da **Ordem dos Advogados** e actual sócio da **Rogério Alves & Associados**, lembrou que, apesar das vantagens inegáveis, «há nas sociedades de advogados ainda muita resistência à mudança associada às TI e é indispensável ultrapassar este medo rapidamente».

Rogério Alves recordou igualmente que, para já, as tecnologias na advocacia «aparecem muito associadas às alterações le-

gislativas» e, só assim, «vão sendo introduzidas na larga maioria das sociedades». Este profissional defendeu que a tecnologia trouxe consigo um conjunto de vantagens que passam, desde logo, por «uma maior velocidade e ritmo de trabalho», bem como por uma «redobrada interacção e uma melhor organização».

Já **João Afonso Fialho**, sócio da **Miranda** e representante da **Associação das Sociedades de Advogados de Portugal**, aproveitou para sublinhar que «a produtividade não aparece apenas porque surgiram as tecnologias, mas sim porque existem processos de trabalho». De mesma forma, este profissional recorda que «as TI adoptadas em cada sociedade de advogados devem ser sempre coordenadas com a instituição de processos para assim se assegurar uma efectiva produtividade».

João Afonso Fialho lembrou ainda a «grande resistência na interacção entre advogados e profissionais de TI», algo que deveria mudar. Considera este profissional que os primeiros «devem trabalhar de forma muito próxima dos seus departamentos de tecnologia como meio de rentabilizarem, efectivamente, os seus investimentos em TI».

Entre os novos desafios que a tecnologia poderá trazer às sociedades de advogados contam-se «a mobilidade na relação advogado-cliente e também a segurança dos dados», ambos determinantes nesta área.

De resto, segurança foi a temática dominante ao longo do segundo painel de debate, em que **Paulo Moniz**, da direcção de sistemas de informação da **EDP**, recordou que «o desafio da segurança e da privacidade online é muito importante» também

para a eléctrica, que faz questão de «saber sempre onde anda a sua informação».

Nesse sentido, Paulo Moniz considera que a adesão à *cloud* tem de ser bem pensada, até porque «os contratos não permitem muitas customizações, uma vez que são pensados numa óptica de *one-to-many*». Face a esta realidade, o responsável da **EDP** assegura que a sua empresa faz uma espécie de «gestão de risco, seleccionando e colocando na nuvem apenas áreas não críticas e que não sejam passíveis de atingir a privacidade de clientes e colaboradores».

Igualmente habituado a lidar com informação crítica, **Paulo Guedes**, da administração do **Grupo BES Informática**, explica que as preocupações em matéria de segurança são «uma constante» na instituição bancária. Numa altura em que cada vez mais o acesso aos bancos se faz a partir da Internet – de resto, o **BES** já ultrapassou o número de acessos remotos quando comparado com o acesso em balcões –, o **BES** aposta não só na formação interna como também no *awareness* dos seus clientes: «Temos diferentes tipos de autenticação e formação ao mesmo tempo que vamos tentando perceber os hábitos de acesso de cada cliente para, de imediato, detectar algum movimento fora do comum.» Com dois exemplos que podem fornecer pistas às sociedades de advogados sobre a melhor forma de lidar com o binómio TI+Segurança, **Nuno Garoupa**, da **Fundação Manuel dos Santos**, deixou no ar o desafio de mais e melhores «acções de formação técnicas em TI destinadas aos advogados, para que todos possam compreender claramente as questões que se levantam e para que saibam lidar com elas».



TECNOLOGIA DO LADO DA LEI

O Fórum IT4legal, que reuniu em Lisboa representantes de algumas das principais sociedades de advogados da capital, revelou que as TI estão a mudar o paradigma da advocacia. No entanto, a resistência à mudança ainda não permite falar de uma renovação plena, um cenário que Rogério Alves, ex-bastonário da Ordem dos Advogados, diz ser indispensável ultrapassar, para que as vantagens proporcionadas pela tecnologia sejam um benefício para todos.

PÁG. 4